

## FICHA TÉCNICA

**Cidades – Comunidades e Territórios**

Revista Semestral

N.º 7 • Dezembro 2003

**Director:** Vítor Matias Ferreira

**Conselho Editorial:** Vítor Matias Ferreira, Isabel Guerra, Fernando Caria, Isabel Duarte, Alexandra Castro, Dulce Moura e João Seixas

**Consultor Editorial:** João Carlos Alvim

**Assistente de Redacção:** Elisabete Lopes (maria.lopes@iscte.pt)

**Colaboram neste número os seguintes autores:**

Alain Vulbeau, Ana Cotrim, Catherine Bonvalet, Dulce Moura, Eduardo Viegas Ferreira, Elisa Vilares, Jacques Pain, Jacques Brun, José Manuel Cavaleiro e Vítor Matias Ferreira

**Organizadores do número:** Dulce Moura, Teresa Costa Pinto e Alda Gonçalves

**Edição e Propriedade:** Centro de Estudos Territoriais/Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

**Correspondência e Assinaturas:** **Cidades – Comunidades e Territórios**, CET/ISCTE, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa – Telef. 217 958 344 / Fax 217 957 314 • Email: cet@iscte.pt

**Preço deste número:** 12 €

**Assinatura anual (2 números):**

Portugal:	22 €
Portugal (estudantes):	12 €
Europa:	28 €
Outros países:	31 €

Os portes de correio no território nacional são a cargo do CET; caso resida no estrangeiro acrescente 15 € ao valor da assinatura

**Capa:** Pedro Corte-Real

**Revisão:** João Vidigal

**Fotocomposição e Impressão:** Gráfica Almondina

**Distribuição:** Livraria Editora Figueirinhas, Lda  
Rua do Almada, 47 – 4050-036 Porto  
Tel. 223 325 300 – Fax. 223 325 907

**Tiragem:** 600 exemplares

**Depósito legal:** 164 018/01

**ISSN:** 1645-0639

**ICS/123787**

**Apoios:** Fundação para a Ciência e Tecnologia e Instituto Português do Livro e das Bibliotecas



**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR  
Programa Operacional Ciência, Tecnologia,  
Inovação do Quadro Comunitário III



## Editorial

### Artigos

Jacques Pain e Alain Vulbeau

**Les Jeunes et le Lien Social:**  
*de la stigmatisation à la compétence*

Dulce Moura

**Riscos e Delinquências Juvenis em Contextos de Realojamento**  
*Identidades, Imagens e Expectativas dos Jovens*

Eduardo Viegas Ferreira

**Violência e Insegurança Urbana: um Fenómeno em Crescimento ou em Transformação?**  
*O Caso da Área Metropolitana de Lisboa*

Catherine Bonvalet e Jacques Brun

**Quelques Elements de Bilan des Recherches Sur La Mobilité Residentielle en France**

Vítor Matias Ferreira

**Lisboa, um Projecto para a Metrópole?**  
*Expansão e Identificação da Metrópole de Lisboa*

### Ensaaios

José Manuel Cavaleiro

**As Lógicas Sociais dos Processos de Realojamento**  
*Da Requalificação Residencial às Lutas de Classificação em Novos Bairros de Habitação Social*

Elisa Vilares

**Back to the City**  
*O Discurso e as Metodologias da Regeneração Urbana*

### Notícias

### Recensões

José Machado Pais e Manuel Villaverde Cabral (coord., Pedro Moura Ferreira, Vítor Sérgio Ferreira e Rui Telmo Gomes (2003), *Condutas de Risco, Práticas Culturais Atitudes Perante o Corpo – Resultados de Um Inquérito aos Jovens Portugueses*, Oeiras, Celta

Ana Cotrim

### Bibliografias

Bibliografia Portuguesa e estrangeira sobre Violência e Insegurança Urbana, Violência na Escola e Risco e Delinquência Juvenil

### Abstracts

5

7

9

19

37

59

71

91

100

113

117

121

127



## As Lógicas Sociais dos Processos de Realojamento

*Da Requalificação Residencial às Lutas de Classificação em Novos Bairros de Habitação Social*

*José Cavaleiro Rodrigues\**

**R**esumo: Os grandes planos de habitação social que fizeram desaparecer quase por completo os últimos vestígios de construções abarracadas das paisagens urbanas portuguesas foram executados sem que certas dimensões sociais associadas ao processo de transformação espacial fossem ponderadas. O texto que agora se apresenta recupera um estudo realizado sobre uma dessas operações de realojamento para, partindo da reconfiguração das relações locais, tomadas como efeito da requalificação habitacional, ensaiar algumas interpretações sobre o sentido das novas atitudes e práticas residenciais, assim como dos mecanismos que os actores usam para proteger as suas aspirações e esperanças de promoção social e de separação da identidade estigmatizada e desvalorizante - as acusações trocadas no quotidiano relacional, desde o insulto frontal, ao rumor, à insinuação e ao comentário jocoso.

*Palavras-chave: habitação social; pobreza; identidade residencial; estatuto social; estratégias de distinção.*

Quando olhamos para o conjunto das medidas políticas que durante os últimos quinze anos foram sendo tomadas no domínio da construção pública de habitação social, torna-se desde logo evidente que a história deste sector da intervenção sociourbanística fica assinalada, neste período, por alterações profundas desencadeadas precisamente pela acção dos poderes instituídos. De todos os acontecimentos verificados, o mais importante resultou da decisão governamental há muito esperada de dar prioridade definitiva à eliminação das barracas e ao realojamento imediato das populações residentes nas centenas de bairros precários que, durante décadas e de Norte a Sul, constituíram a solução espontânea de auto-alojamento para as camadas insolventes da população urbana. Paralelamente, o estado central continuou a reduzir o seu papel no sector, transferindo para os municípios as competências que ainda detinha na promoção e gestão do parque habitacional. Em muitos casos, como o da cidade de Lisboa, as próprias autarquias prolongaram internamente essa reestruturação de funções e aproveitaram para ensaiar métodos privatizados de gestão para os novos bairros. Nos programas de maior dimensão integrados no PIMP e no PER, fez-se notar finalmente uma maior preocupação em dotar desde início as

novas urbanizações com as acessibilidades, os arranjos dos espaços exteriores, as infra-estruturas e os equipamentos de primeira necessidade, cuja ausência no passado tinha alimentado a guetização de outras gerações de bairros de habitação social.

Este contexto evolutivo e propício à mudança não foi no entanto suficiente para se repensarem os objectivos e as grandes linhas orientadoras das acções, no momento em que o gigantismo da tarefa exigia uma mobilização e uma concentração inéditas de recursos e de vontades. Na fase democrática e se exceptuarmos algum experimentalismo idealista e militante dos anos subsequentes ao 25 de Abril de 1974, as operações de realojamento nunca visaram intervir directamente sobre nada que não estivesse ligado às condições habitacionais dos grupos carenciados e à ordenação dos espaços urbanos degradados. A maioria do discurso técnico elaborado pelas várias especialidades chamadas a participar nos projectos demonstra precisamente até que ponto os problemas considerados se cingem à procura de uma adequação das respostas às necessidades básicas dos indivíduos e das famílias e aos aspectos materiais e funcionais das habitações e dos conjuntos urbanísticos.

O discurso político nem sempre é tão claro, talvez por ser mais permeável às ideologias e ter que estar atento às posições do senso comum.

\* Antropólogo. Professor da Escola Superior de Comunicação Social. Lisboa, Contacto: jrodrigues@escs.ipl.pt



Geralmente assume como pressupostos da acção a defesa de valores humanísticos e as obrigações de solidariedade, mas parece hesitar entre a simples resolução de uma questão que se esgota no domínio estritamente material da habitação e outro tipo de intuítos, aparentemente mais ambiciosos, que gostam de se referir ao combate à exclusão e discriminação sociais, como verdadeiros objectivos a atingir.

Estaremos perante o equívoco de que é possível transformar a sociedade – ou pelo menos a condição e o estatuto social dos grupos desfavorecidos, agindo através do espaço, ou meramente de formas de discurso político que são inconsequentes na prática? De um ou de outro modo, o que nos parece inquestionável é que os planos de erradicação de barracas seguidos nos últimos anos se fizeram na ausência de qualquer visão política que articulasse directamente as acções de realojamento ao combate à pobreza nas suas causas, fossem elas entendidas como estruturais ou subculturais.

Terá sido por isso, porque as programas de realojamento não foram pensados para estar ao serviço de uma política e de estratégias de promoção e de inserção social, que pudemos assistir à realização destas acções sem que a mudança das condições habitacionais de dezenas de milhares de indivíduos fosse preparada e acompanhada por estudos e pesquisas que permitissem traçar cenários, monitorizar e finalmente intervir ao nível dos efeitos sobre os modos de vida e os projectos dos realojados, dentro e fora do contexto residencial.

Esta ideia de que os processos de realojamento podiam estar a ser uma oportunidade perdida, começámos a formá-la nos anos 80 quando entramos em contacto pela primeira vez com este universo social e urbanístico, no decurso de um trabalho sobre a população realojada num conjunto de habitação social, famoso pela sua arquitectura, da antiga Zona N2 de Chelas que ficaria conhecido pelo nome de “Pantera Cor-de-Rosa”.

A perspectiva de trabalho que conduzia o meu olhar na altura, transcendia em muito o campo e as questões residenciais, já que o objectivo traçado era reconstituir a trajectória social daquela população, maioritariamente de origem camponesa, e o seu processo conturbado e relativamente mal sucedido de integração urbana. Foi com surpresa que constatei que após décadas de coabitação conjunta, a população trocara a sociabilidade e a solida-

riedade iniciais do bairro de barracas pela situação relacional que fui encontrar em Chelas, dominada pela individualização dos modos de vida, pelo isolamento vivencial das famílias, pelo seu fechamento nos espaços domésticos, mais a mais acompanhados pela generalização de formas de interacção negativas, por conflitos e pela troca de acusações. Para um jovem e inexperiente investigador que preparava ainda a sua tese de licenciatura e cujas expectativas teóricas sobre os contextos residenciais da pobreza tinham até aí estado moldadas pelas descrições da “cultura da pobreza” de Lewis (1969) ou das “aldeias urbanas” de Gans (1962), as revelações inesperadas do terreno não podiam ser simultaneamente mais intrigantes e estimulantes.

O âmbito mais vasto para o qual estava orientada essa pesquisa não me permitiu então concentrar na razão de ser do surgimento dessas características nos processos de apropriação residencial – que me limitei a descrever, mas ficou-me uma forte curiosidade, mais tarde reavivada pela descoberta de imensas semelhanças entre o caso de Chelas e o contexto das *cités* HLM francesas (Pétonnet, 1982) (Calorigou, 1989). O facto das primeiras pesquisas conduzidas no nosso país sobre os efeitos do realojamento, a satisfação residencial e as relações entre moradores nos bairros sociais (CET-CML, 1993) (Freitas, 1994), terem vindo confirmar as minhas observações, convenceu-me em definitivo da relevância do problema e reforçou o meu interesse pessoal em o tratar.

Não tardou muito que um pretexto académico me desse a oportunidade para retomar essa linha de trabalho, o que fiz de novo sob a forma de um estudo de caso, definindo como objectivo exactamente a compreensão da evolução dos modos de vida residenciais e das lógicas subjacentes às formas de interrelação que se estabeleciam entre moradores nos novos bairros de realojamento.

### “Nós Não Somos Todos Iguais” – Modos de vida residenciais e estratégias de distinção na Horta Nova

A escolha do bairro para a investigação decorreu, em primeiro lugar, da observância de critérios de tipicidade, de modo a que o bairro, a população e o processo de realojamento escolhidos, fossem idênticos à maioria dos casos contemporâneos. Entre os bairros de construção recente e de

relojamento definitivo, implantados dentro ou na periferia interna da cidade de Lisboa, estávamos à procura de um caso em que se reunissem várias características: albergar uma população que tivesse sido objecto de um realojamento local ou que tivesse uma história residencial comum de pelo menos uma ou duas décadas, na qual houvesse uma larga predominância de indivíduos nacionais, sobretudo de origem rural na primeira geração e que não excedessem no total o meio milhar de agregados.

Os indicadores recolhidos na altura apontavam sobretudo para a hipótese da Horta Nova, um bairro com origem num outro do mesmo nome, em que um processo de realojamento local havia substituído um conjunto residencial camarário – constituído por pequenos lotes de 4 fogos em rés-do-chão e primeiro andar, altamente deteriorados por um tempo de sobrevida excessivo para construções provisórias erguidas em 1974/75, por prédios modernos de apartamentos conformes aos modelos residenciais urbanos. A confirmação da escolha veio mais tarde, depois do avanço para o terreno ter revelado que, como muitos bairros congéneres, o nome Horta Nova aparecia associado desde o passado a uma forte reputação negativa. Essas re-

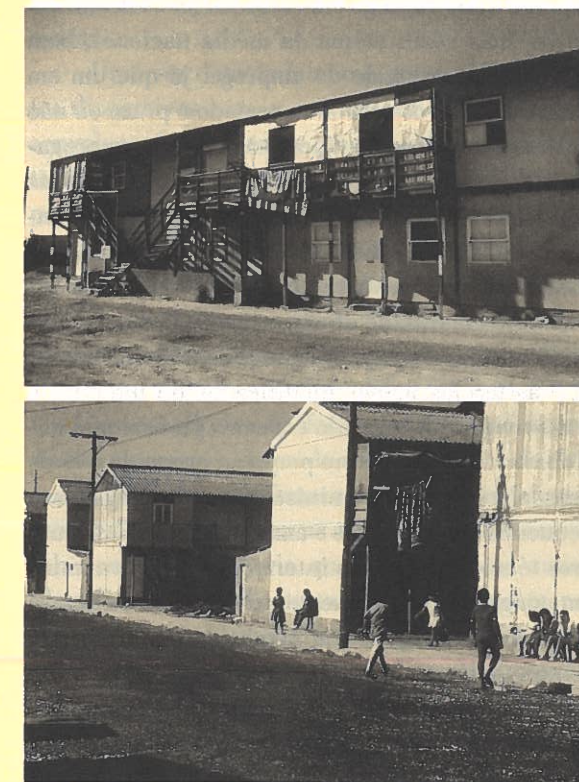


Foto do Gabinete Urbanismo – CML, Bairro Horta Nova antes do realojamento

presentações, descobrimos então, estavam fortemente presentes na consciência dos moradores e tinham aliás sido actualizadas por uma série de incidentes já posteriores ao realojamento, que haviam voltado a colocar o nome do bairro na ribalta mediática e sob a atenção das entidades políticas e de segurança.

O bairro da Horta Nova fica situado na zona Norte de Telheiras, junto à antiga Estrada do Paço do Lumiar e próximo do núcleo histórico da freguesia de Carnide. A construção e o processo de realojamento integrados no PIMP decorreram em duas fases, entre 1988 e 1992.

À época do trabalho de campo, em 1995/96, os prédios da Horta Nova permaneciam isolados por uma envolvente de terrenos baldios. Hoje, a expansão urbana assimilou o bairro e ocupou as áreas expectantes com novas urbanizações de promoção privada e pública destinadas às novas classes médias urbanas. Com os seus 484 fogos repartidos por 45 edifícios de 8 a 20 apartamentos, este projecto tem uma dimensão que se tornou rara em habitação social. Da planta do conjunto sobressaem dois elementos estruturantes do espaço: uma rua que atravessa lateralmente o bairro e que os moradores consideram “principal”, e uma praça pedonal que forma o centro físico da urbanização e é delimitada pelas “traseiras” de três das quatro bandas de edifícios. O comércio, os equipamentos e os transportes foram chegando e sendo instalados lentamente desde o realojamento e actualmente fornecem à população bens e serviços que correspondem aos padrões médios do que é mais ou menos habitual encontrar em qualquer área residencial urbana consolidada.

A operação de realojamento não provocou alterações de relevo na composição da população residente na Horta Nova. Aos 1659 indivíduos recenseados no bairro antigo, vieram juntar-se mais algumas dezenas de agregados, na sua maioria provenientes de pequenos núcleos dispersos de barracas situados na mesma zona.

Do ponto de vista demográfico, a estrutura da população apresentava todos os traços que eram passíveis de ser encontrados nestes contextos sociais: os habitantes eram muito jovens (mais de metade tinha menos de 25 anos; só 6% ultrapassava os 65 anos); os agregados residenciais eram maioritariamente constituídos por famílias nucleares com filhos, mas existia uma percentagem significativa de agregados polinucleares, formada so-



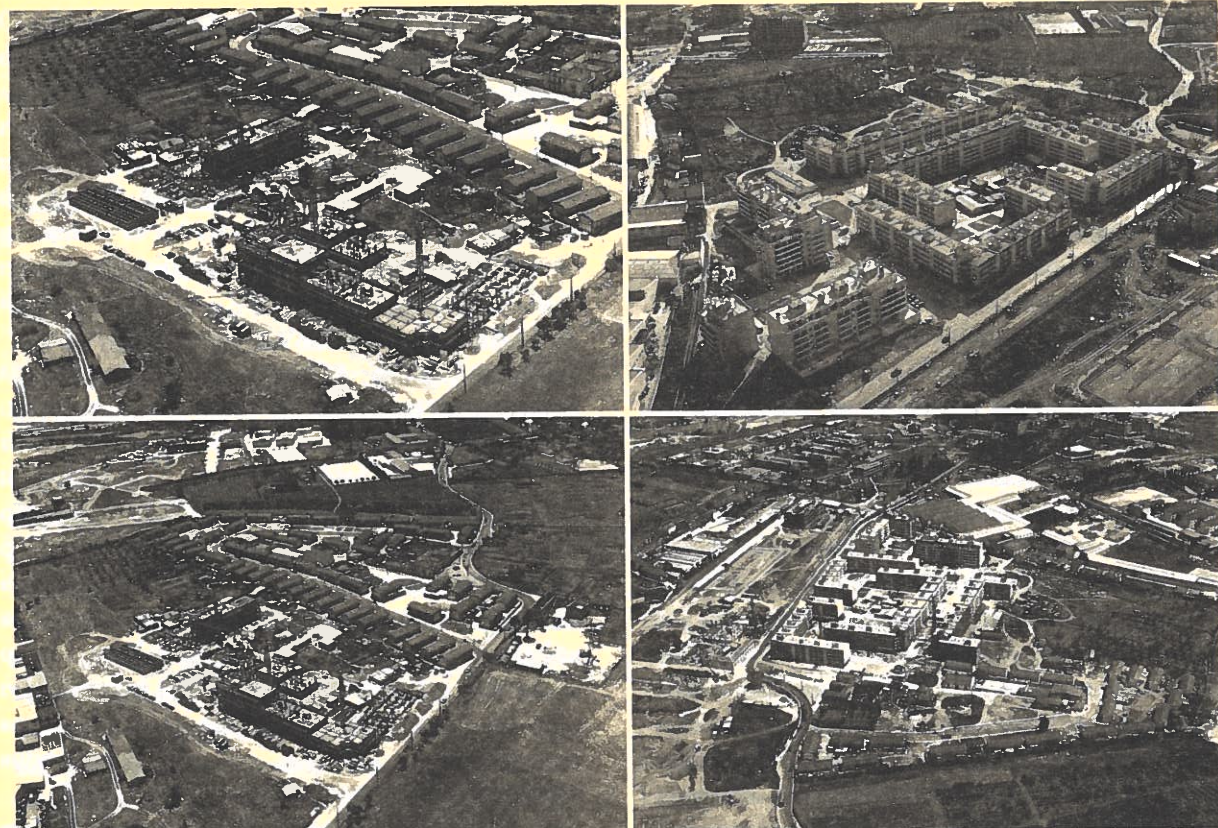


Foto do Gabinete Urbanismo – CML, Bairro Horta Nova antes do realojamento

bretudo por jovens casais a residir com os pais; a geração fundadora do bairro, acima dos 40 anos de idade, era na sua esmagadora maioria de origem rural e integrava uma minoria significativa de imigrantes africanos, sobretudo Caboverdianos.

O perfil socioeconómico traduzia a condição geral de pobreza, mas ao mesmo tempo revelava matizes e variações que raramente aparecem associadas às análises de populações deste tipo. O analfabetismo e o nível primário de ensino representavam 70% das habilitações, mas 13% dos indivíduos com mais de 15 anos tinham um grau igual ou superior à escolaridade obrigatória. Pelo que pudemos constatar no terreno, parte deste valor correspondia a um grupo de famílias que integravam nos seus projectos um investimento muito particular no capital educativo dos filhos.

No campo da actividade laboral havia vários aspectos a considerar. O primeiro era a taxa de actividade estar situada próximo dos 40%, valor bastante elevado que revelava o recurso das famílias ao trabalho feminino (as domésticas sem emprego eram menos de 20% das mulheres em idade activa) e dos filhos jovens, como estratégia para aumentarem os seus rendimentos. Conforme seria de

esperar, o desemprego era elevadíssimo, encontrando-se duas vezes acima da média nacional, bem como a precariedade do emprego, já que um em cada dois activos estava contratado a prazo ou não tinha nenhum tipo de vínculo à entidade empregadora. A instabilidade e a insegurança profissionais faziam portanto parte do quadro de vida de um grande número de famílias. Em termos de grupos profissionais, verificava-se aquilo que os baixos níveis de escolaridade de algum modo já determinavam, ou seja, ocupações ligadas ao trabalho manual e às tarefas menos qualificadas do terciário e dos serviços. O reduzido espectro profissional englobava ainda assim um pequeno grupo de 3% de pessoal técnico e administrativo, empregados e pequenos comerciantes e empresários, alguns quadros técnicos e chefias intermédias que constituíam um grupo relativamente privilegiado de dentro do qual saíam alguns dos membros mais activos da comunidade.

Forçosamente, o nível médio de rendimentos era muito baixo. Aproximadamente uma em cada dez famílias, tinha rendimentos paupérrimos que não lhe permitiam suprir as suas necessidades mais elementares e apenas uma em cada três estava aci-

ma do limiar de pobreza absoluta. Todavia, deste último grupo fazia parte uma pequena parcela de 7% dos agregados que auferia rendimentos quatro a cinco vezes superiores ao salário mínimo nacional. A análise dos indicadores socioeconómicos confirmava portanto o que a condição habitacional assistida já permitia antever: com excepção para algumas famílias às quais as trajectórias sociais possibilitaram uma melhoria de estatuto, a generalidade da população da Horta Nova vivia em situações de pobreza e de dependência diversas.

Depois de uma fase exploratória ocupada no reconhecimento do terreno e na identificação e contacto com informantes privilegiados, a fase sistemática de recolha de informação desenvolveu-se em dois sentidos: por um lado, procurando captar o modo como individual, familiar e colectivamente foi vivido o processo de transição para o novo bairro e a apropriação das casas e dos espaços de coabitação durante os primeiros anos; por outro, observando as interacções quotidianas, consideradas simultaneamente enquanto práticas relacionais directas, face a face, entre os actores nos locais públicos e semi-públicos dos prédios e do bairro, mas também enquanto processos de comunicação que os mesmos actores usavam para fazer circular as representações que iam construindo uns dos outros.

Uma vez detectada a importância dos aspectos discursivos para a análise que queríamos desenvolver, evidenciou-se a necessidade de delimitação objectiva de diferentes estratos dentro da população de modo a que, e em função desse espaço construído de posições, fosse possível interpretar e compreender o princípio, os objectivos e a eficácia das práticas classificatórias. A população foi por isso dividida em três estratos, segundo as suas características socioeconómicas e os entrevistados escolhidos de forma intencional dentro dessas categorias, de modo a que a análise da vida social do bairro verificasse a importância dessas desigualdades internas na estruturação do campo relacional. A categoria quantitativamente maior, identificada como “estrato B”, era composta por operários e empregados pouco qualificados e por reformados, com níveis de rendimento variáveis mas baixos, basicamente auto-suficientes e com estratégias de vida orientadas para a subsistência. No extremo superior do espectro social local, figurava uma pequena minoria relativamente privilegiada que designámos por “estrato A”. Reunia

empregados e operários com alguma qualificação, por vezes com cargos de chefia, e trabalhadores por conta própria, cujas estratégias de vida visavam a acumulação e a aquisição de capital escolar através dos descendentes. No extremo inferior, o “estrato C” agrupava uma segunda minoria composta por famílias muito numerosas, em situações de miséria ou de grande carência. Geralmente desempregados, dependiam da assistência, de trabalhos ocasionais ou de expedientes económicos vários para angariar recursos.

Da análise que empreendemos na Horta Nova voltámos a verificar que os primeiros tempos nas novas habitações espoletam uma individualização e uma privatização generalizadas dos modos de vida, concretizadas pelo isolamento das famílias e pelo seu fechamento dentro dos espaços domésticos. Se pensarmos na força e na extensão das redes locais, estruturadas por anos de vizinhança e convivência, por necessidades de entreaajuda e pelo desenvolvimento de relações de parentesco, percebemos a profundidade da mudança que está em causa quando esses laços se rompem na sequência do realojamento e com eles as solidariedades e as formas de sociabilidade anteriores.



Foto de Dulce Moura



Numa das teses desenvolvidas em Portugal sobre os efeitos do realojamento, uma equipa de colegas investigadores relacionou os cortes relacionais com a insegurança sentida e manifestada pelas populações destes bairros (CET-CML, 1993). Os dois fenómenos interagiriam sob a forma de um círculo vicioso, em que os sentimentos de insegurança conduziriam ao fechamento defensivo das famílias e, no mesmo movimento e por que provocavam o enfraquecimento das solidariedades interpessoais, acabavam igualmente por contribuir para o aumento da percepção de insegurança.

No período em que realizámos a nossa observação e em virtude de uma conjugação de factores não necessariamente permanentes, os factores de insegurança, a criminalidade e a delinquência, tinham uma presença reduzida no bairro, segundo indicadores objectivos recolhidos junto das forças policiais. Ao nível da insegurança percebida, os sentimentos de insegurança expressos foram não só raros, como partiram do “estrato C”, grupo que dada a precariedade das condições de vida, poderia estar simplesmente a deslocar para um objecto exterior mais aceitável e confortável, a ansiedade que sentia face à sua própria situação social. Além disso, não encontramos nas representações residenciais tentativas de justificar o isolamento e os cortes de relações com a insegurança, o que me parece inviabilizar, no caso da Horta Nova e no período em causa, o estabelecimento de qualquer nexo de causalidade entre os fenómenos.

As mesmas teses que avançam com este tipo de explicação, colocam na origem do processo de isolamento e distanciamento das famílias dois outros factores. Em primeiro, a própria operação de realojamento, responsável pela desmontagem das antigas relações de vizinhança e, em segundo, a morfologia e o modelo habitacional, pouco estimulantes dos contactos e da interacção.

Ora, sem pretendermos negar por completo a interferência daquilo que Rémy chama os “efeitos específicos do espaço” (1994) nestes processos, achamos todavia que, contra as recomendações do mesmo autor, se está a querer autonomizar a sua incidência e a sobreavaliar a sua eficácia, ao considerá-los como factor determinante das reacções relacionais. A melhor forma de demonstrar que o espaço construído não é um factor nem tão autónomo nem tão poderoso como se parece crer, é que na Horta Nova certas franjas restritas do “estrato B” não tiveram dificuldade em reatar o mesmo

género de sociabilidades em espaços que supostamente as não favoreceriam.

Por outro lado, se aceitarmos que os cortes relacionais são uma pura e simples imposição da reestruturação espacial, como explicar a emergência na Horta Nova de uma nova ética residencial, consensualmente defendida e rigorosamente aplicada, que prescreve o isolamento e o fechamento, a formalização dos contactos, e critica a presença imotivada no espaço público?

Parece-me que estes dados sugerem a existência de uma relação mais complexa entre realojamento e transformações relacionais do que previam as explicações anteriores. O factor espaço mantém, na leitura que propomos, toda a sua importância, já que os efeitos descritos decorrem do acesso às novas condições residenciais, mas, ao nível explicativo, esses efeitos só podem ser compreendidos a partir de um elemento base: a estrutura social.

As sociedades modernas, democráticas e capitalistas, são, todos o sabemos, sistemas estratificados, assentes em valores de consecução universalista, onde os indivíduos consideram a ascensão social um bem desejável. Mesmo que na prática a inércia do sistema seja grande e a circulação real entre estratos bastante limitada, como enfatizam as teorias da reprodução, tal facto não invalida que a ideologia da mobilidade seja transversal à sociedade e exerça a sua influência nas aspirações dos indivíduos, independentemente da classe a que pertençam. Neste quadro, é de admitir que também os mais desfavorecidos sejam permeáveis à valorização da mobilidade e aspirem a melhorar a sua posição social, ainda que, em virtude da falta de “capitais” adequados a sua probabilidade de concretizar essas expectativas seja ínfima.

Um dos operadores que permitem a todos os grupos sociais afirmar ou reivindicar uma posição nas hierarquias é, precisamente, o alojamento. Se reconhecermos ao alojamento este papel universal de marcador simbólico do estatuto social, compreendemos que o acesso a habitações de acordo com padrões médios urbanos por parte de populações que nunca conheceram outra condição que a da habitação desqualificada ou degradada, seja necessariamente percebida por elas como uma oportunidade única de promoção social. A melhor prova de que esta disposição se forma e mobiliza os actores envolvidos no realojamento é a ansiedade com que esperam e a enorme satisfação com que

recebem as novas casas e o esforço que colocam na sua apropriação, tentando até imitar estilos decorativos e modos de habitar de modelos dominantes de organização e de vida familiar, oriundos de outros grupos sociais melhor posicionados nas hierarquias.

Assim sendo, estamos em condições de avançar com a ideia de que são as tentativas para aproveitar o realojamento de modo a afirmar uma trajectória ascensional, que estão na origem da reestruturação das relações residenciais. Por um lado, o movimento que leva os actores a procurar afirmar a superioridade do seu estatuto no campo residencial, centrando os investimentos na casa, implica um movimento correspondente de individualização dos projectos e, consequentemente, uma autonomização das famílias e o seu fechamento ao exterior. Ao novo estatuto habitacional está associado um outro estilo de vida, que exige dos actores práticas sociais distintas das anteriores e submete os seus comportamentos residenciais a uma lógica individualista.

Por outro lado, as referidas tentativas de promoção social através da residência implicam reestruturações relacionais porque criam divisões até aí inexistentes. De facto, o significado promocional da casa nova é partilhado em termos idênticos por toda a população, mas são as famílias através das suas práticas singulares, a construir cada uma por si a passagem à nova condição residencial. Visto que as famílias não podem concorrer todas com o mesmo volume de recursos específicos para a progressão habitacional, o processo de apropriação contribui para gerar novas desigualdades no seio do grupo residencial. Passando a estar inscritas no espaço doméstico sob a forma de melhoramentos às habitações, ao seu equipamento e recheio, as diferenças internas ganham visibilidade, são comentadas e instauram rivalidades – diria positivas, entre actores empenhados em competir pelas posições de maior destaque e prestígio residencial.

As dinâmicas relacionais da Horta Nova após o realojamento são igualmente determinadas por um outro factor extremamente importante. Referimo-nos ao estigma que, nas representações exteriores, assimila todo o bairro a uma identidade negativa, conotando-o com a degradação e a insalubridade e associando os seus habitantes à delinquência e à criminalidade. Os efeitos de ordem simbólica que estas imputações têm sobre a popula-

ção são potentes e marcam profundamente a sua consciência, ao ponto de levar os indivíduos a reverem-se enquanto grupo nesta identidade diminuída.

A má imagem formou-se e foi-se cristalizando durante o período em que viveram no bairro antigo e, apesar da requalificação, os moradores estão convencidos que se manteve depois da transferência para o novo cenário habitacional. A partir do momento em que a preocupação principal passa a ser aproveitar a oportunidade de ascensão social trazida pelo realojamento, o prejuízo identitário causado pela imagem estigmatizante torna-se intolerável. Determinados em defender as identidades para puderem sustentar as suas reivindicações internas e externas a uma subida de estatuto e não dispondo de outros meios para remover o rótulo e limpar a imagem do bairro, os moradores optam por se demarcarem individualmente dos comportamentos que estão na base da sua condenação social. Este processo envolve todos os actores presentes no bairro e não só os seus moradores, actores principais na condição de participantes. É preciso não esquecer que os bairros sociais são espaços particularmente vigiados e intervencionados e neles se movimentam múltiplos agentes externos, cujo pronunciamento é importante para legitimar os julgamentos e decidir as lutas de classificação internas.

O mecanismo que os actores usam para proteger as suas aspirações e esperanças de promoção social e de separação da identidade estigmatizada e desvalorizante, são as estratégias de distinção e o seu instrumento as acusações trocadas no quotidiano relacional. As acusações são uma constante nas interacções e na comunicação de dia-a-dia e podem adoptar formas variadas, desde o insulto frontal, ao rumor, à insinuação e ao comentário jocoso, com que em qualquer momento se referem comportamentos alheios. Os verdadeiros objectivos das acusações ficam patentes quando descobrimos que os seus temas não se limitam às questões objectivas da coabitação, aos problemas práticos de utilização dos espaços colectivos e das relações interpessoais no seu interior, e envolvem a própria identidade social dos indivíduos e das famílias, desde os seus comportamentos económicos às relações familiares, dos papéis conjugais aos paternais.

Todo o processo acusatório funciona com base na criação de uma “posição ideológica” que



corresponde ao “pólo negativo” dos comportamentos (Althabe *et al.*, 1993) e se destina a focalizar numa categoria específica de moradores o essencial do descrédito exterior. Para essa posição são remetidos os actores a quem pode consensualmente ser atribuída a responsabilidade inegável pela ruptura com as normas definidas para as relações sociais locais.

O jogo social das acusações envolve todos os outros actores não fixados nesse pólo negativo. A motivação central da participação de cada um é a defesa contra o estigma e a imposição de uma identidade sobrevalorizada para si e para os seus, objectivo que depende da criação da maior distância possível relativamente a esse pólo negativo. Na troca concreta de acusações, a construção do distanciamento faz-se tentando projectar os adversários na direcção dessa posição estigmatizada, ao mesmo tempo que se exalta a diferença e a superioridade dos comportamentos pessoais ou familiares.

As estratégias de distinção abarcam ainda atitudes de evitamento relacional em que o propósito é não ser confundido ou assimilado às categorias mais desprestigiadas do bairro. Estas atitudes reforçam a tendência para o isolamento familiar e para o esvaziamento das relações interpessoais ao nível local.

As lutas de distinção identitária, combinadas com os efeitos de diferenciação introduzidos pelas práticas de apropriação habitacional, contribuem para a construção de uma hierarquia microsociedade – ou de “infra-hierarquias”, como também já foram designadas (Pétonnet, 1982), no interior do meio residencial. Como a maioria dos moradores não tem os recursos económicos suficientes para se envolver nas disputas pelo estatuto habitacional, são as distinções de ordem simbólica proporcionadas pelas lutas em torno da identidade a operar o essencial das diferenciações hierarquizantes. Estas hierarquias revestem-se, portanto, de um carácter algo específico: não nascem tanto das disputas por posições superiores, mas mais das lutas para maximizar as distâncias relativamente às posições inferiorizantes.

Nas hierarquias assim constituídas só há duas posições estáveis. No fundo da escala microsociedade, estão aqueles que identificamos como o estrato “C”, os mais pobres dos pobres, fixados ao pólo negativo das representações e excluídos pelos restantes grupos; no topo, encontram-se as famílias do es-

trato “A”, apoiadas numa condição económica mais elevada, num estatuto habitacional distinto, e mais resguardadas dos efeitos das acusações graças ao seu afastamento e menor exposição no campo residencial. O espaço central da estrutura hierárquica é ocupado pela imensa e variada maioria do estrato “B”. É das franjas mais frágeis e inseguras deste grupo, cuja condição objectiva e estatuto são instáveis por natureza, que saem os grandes protagonistas das lutas de classificação que estão a criar na Horta Nova um grupo residencial que, utilizando as palavras de um autor que já citámos, parece condenado a permanecer a prazo “perpétua e estruturalmente dividido contra si próprio” (Pétonnet, 1982).

### Identidade Residencial e Estatuto em Contextos de Habitação Social

Há quase 20 anos atrás, na Zona N2 de Chelas, contaram-nos um pequeno episódio que acabara de ocorrer numa reunião entre moradores e técnicos de um gabinete de acção social local. O propósito da reunião convocada pelos técnicos era encontrar estratégias de identificação dos moradores com o bairro que servissem de reforço à vida comunitária e por isso tinham-se lembrado de sugerir que se pensasse em novos topónimos para substituir a fria designação burocrática de N2, atribuída ao bairro ainda na fase de projecto. Quando se esperava que a assembleia recuperasse das memórias pessoais ou das tradições históricas do lugar algum nome que gerasse a adesão dos presentes, veio a inesperada resposta:

– Mudem o nome de ‘Chelas’. Não queremos é morar em ‘Chelas’.

A interpelação popular não foi ouvida e o bairro viria mais tarde a ser rebaptizado, passando a chamar-se ‘Bairro dos Lóios’. Chelas, essa continua a chamar-se assim, para desgosto de muitos dos que lá moram.

A consciência identitária dos que vivem e habitam em condições que são reconhecidamente de pobreza é extremamente forte. Todos os que se encontram nessa situação sabem bem, porque aprenderam com a experiência, como pesa na sua identificação a pertença a um grupo e a um lugar socialmente marcados por imagens em que a degradação física é tornada equivalente da degradação social e moral. Dominadas por uma relação de forças que lhes é desfavorável, as comunidades

residenciais pobres são impotentes para contrariar as imputações exteriores e procurar mudar uma identidade negativa que por vezes chega à estigmatização. A consequência acaba por ser a aceitação e interiorização de uma imagem deteriorada de si próprios, mais ou menos recalcada ou distorcida na comunicação com o exterior.

Daí que, quando surge o realojamento, o objecto habitacional não seja bem recebido só pelo seu valor de uso; ele representa também um valor simbólico e de prestígio que vem ao encontro de aspirações estatutárias profundas. A emergência de uma nova ética residencial nos bairros de realojamento cumpre também um papel como elemento táctico para afirmar a conformidade dos actores às exigências colocadas pelo novo espaço e poder ver reconhecido o seu direito a um novo estatuto.

### Bibliografia

- ALTHABE, G., MARCADET, C., PRADELLE, M. e SÉLIM, M., 1993, *Urbanisation et enjeux quotidiens. Terrains ethnologiques dans la France actuelle*, Paris, L'Harmattan.
- BOURDIEU, P., 1989, *O Poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- BOURDIEU, P., 1993, *La misère du monde*, Paris, Seuil.
- CALORIGOU, C., 1989, *Sauver son honneur: apports sociaux en milieu urbain défavorisé*, Paris, L'Harmattan.
- CET-CML, 1993, *Apropriação do espaço e satisfação residencial nos bairros sociais: Horta Nova, Padre Cruz e N1 Chelas*, Lisboa, policopiado.
- FREITAS, M. J., 1994, “Os Paradoxos do realojamento”, *Sociedade e Território*, n.º 20.

É frequente que estas motivações não bastem para evitar que os sinais que estiveram na base da antiga desqualificação social reapareçam e frustem as tentativas de reconstrução identitária. Quando assim acontece, tendem a acentuar-se as estratégias individualizadas de distanciamento e de diferenciação e a aumentar a troca de acusações. Este tipo de conflitos nos espaços de realojamento não se inscrevem simplesmente no âmbito das relações individuais e interpessoais como se verifica noutros contextos de vizinhança; aqui, eles envolvem os actores em processos colectivos que os transcendem. Os realojados empenham nesses conflitos todo o seu ser social, ainda que, muitas vezes eles não tenham praticamente nenhuma base objectiva. O que está em causa, o que eles manifestam, é a luta aberta para auferir através do realojamento alguma espécie de promoção social.

- GANS, H., 1962, *The urban villagers*, New York, Free Press.
- LEWIS, O., 1969, [1966] *La Vida. Une famille portoricaine dans une culture de pauvre*: San Juan et New York, Paris, Gallimard.
- PAUGAM, S., 1991, *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*, Paris, PUF.
- PÉTONNET, C., 1982, *Espaces habités: Ethnologie des banlieues*, Paris, Galilée.
- REMY, J. e VOYÉ, L., 1994, *A cidade: rumo a uma nova definição*, Porto, Afrontamento.